



XXI ENANCIB

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

50 anos de Ciência da Informação no Brasil:
diversidade, saberes e transformação social

Rio de Janeiro • 25 a 29 de outubro de 2021

XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXI ENANCIB

GT-10 – Informação e Memória

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A DITADURA MILITAR NO BRASIL: UM OLHAR PELO CAMPO DA HISTÓRIA

SCIENTIFIC PRODUCTION ABOUT THE MILITARY DICTATORSHIP IN BRAZIL: A LOOK INTO THE FIELD OF HISTORY

Olívia Andrade Coimbra – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Maria Guiomar da Cunha Frota – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: A Ditadura Militar brasileira (1964 - 1985) foi um período marcado pela violência, desrespeito aos princípios básicos dos Direitos Humanos e censura à informação. Após a redemocratização, tornou-se urgente o entendimento desse período histórico. Esse artigo tem como objetivo pesquisar a produção científica que tem como tema a Ditadura Militar, analisando as teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, publicadas entre 2000 e 2019. De forma específica pretende: I) Definir a cronologia dos mecanismos político-legais da Justiça de Transição; II) Caracterizar a produção científica a partir da sua ocorrência de produção e III) Analisar a frequência dessa produção utilizando como quadro referencial a cronologia definida. Para a coleta dos dados, foi realizada uma busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, recuperando 83 documentos, entre teses e dissertações que atendem aos critérios da temática investigada e do recorte temporal. A metodologia possui lógica qualitativa, entretanto, utilizará uma combinação de técnicas qualitativas e quantitativas, com o intuito de tornar a pesquisa mais robusta. Analisando a ocorrência de produção, verificou-se correspondência entre os períodos de maior produtividade com marcos importantes da justiça transicional brasileira. Contatou-se que os mecanismos da justiça de transição não são determinantes para a produção de teses e dissertações, mas podem influenciá-la, à medida que oferecem novas fontes informacionais.

Palavras-chave: ditadura militar; produção científica; tese; dissertação; justiça de transição.

Abstract: The Brazilian Military Dictatorship (1964 - 1985) was a period marked by violence, disrespect to the basic principles of human rights, and censorship of information. After the re-democratization, it became urgent to understand this historical period. This article aims to research the scientific production that has as its theme the Military Dictatorship, analyzing the theses and dissertations of the Graduate Program in Social History of the University of São Paulo, published between 2000 and 2019. Specifically, it intends to I) Define the chronology of the political-legal mechanisms of transitional justice; II) Characterize the scientific production from its production occurrence, and III) Analyze the frequency of this production using the defined chronology as a reference table. For data collection, a search was performed in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations, recovering 83 documents, between theses and dissertations that meet the criteria of the theme investigated and the time frame. The methodology has qualitative logic, however, will use a combination of qualitative and

quantitative techniques, to make the research more robust. Analyzing the occurrence of production, there was correspondence between the periods of higher productivity with important milestones of Brazilian transitional justice. It was concluded that the mechanisms of transitional justice are not determinant to produce theses and dissertations, but may influence it, as they offer new information sources.

Keywords: military dictatorship; scientific production; thesis; dissertation; transitional justice.

1 INTRODUÇÃO

A ditadura militar brasileira, instaurada pelo golpe de 1964, foi o período mais longo de autoritarismo vivido no país em sua história recente, perdurando por 21 anos de governos militares. Foram anos marcados pela violência, desrespeito aos princípios básicos dos Direitos Humanos e censura à informação. O próprio Estado que deveria proteger a sociedade empreendeu ataques sistemáticos à segurança dos indivíduos com o intuito de eliminar opositores, usando a argumentação de que eram perturbadores da ordem e subversivos.

Marcas profundas foram deixadas na sociedade brasileira por esse período histórico e é perceptível que esse passado recente ainda não foi assimilado pela população. Isso se comprova, entre outros, pelo fato de que, na última década, diversas foram as manifestações que ocorreram em prol de uma intervenção militar, assim como também a exaltação de torturadores por figuras públicas, a crescente onda revisionista e negacionista da história daquele período e o aparente desinteresse e desconhecimento de parte da população em relação ao tema. Ao passo que na mesma década foram promulgadas as leis 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação (LAI), e 12.528/2011, da criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), com a finalidade de garantir direito à informação, memória e verdade.

Esses aparatos políticos-legais de memória e verdade estão inseridos em um campo mais amplo da Justiça de Transição, que tem como principal objetivo restabelecer o Estado de Direito e reconhecer as violações aos Direitos Humanos ocorridas em regimes de exceção, como o caso brasileiro. No Brasil, os mecanismos da Justiça de Transição não foram empregados imediatamente após o fim do regime como em outros países da América Latina, e tampouco contemplaram todas as dimensões pretendidas. Ainda hoje, não houve penalizações aos agentes repressores que cometeram graves crimes de tortura e assassinato.

Na tentativa de assimilar e compreender esse período histórico que ainda faz parte do presente, a informação adquire centralidade, funcionando como subsídio fundamental na busca pela verdade e na elaboração de memórias do passado recente. As informações

disponíveis sobre a ditadura são mediadas por diferentes fontes informacionais que variam quanto à sua origem, formato e função. Os fundos documentais produzidos por órgãos responsáveis diretamente pela repressão e vigilância, os discursos proferidos por integrantes do governo, as reportagens jornalísticas, os documentos jurídicos, os testemunhos das vítimas, as publicações elaboradas por grupos não-governamentais de direitos humanos, as publicações governamentais após o período ditatorial e a produção científica são exemplos das diversas fontes de informação que subsidiam a elaboração da memória e a busca pela verdade.

Nesse artigo as teses e dissertações foram escolhidas como objeto de investigação por apresentarem de forma detalhada todo o processo de pesquisa científica, fornecendo abordagens atualizadas e, por vezes, originais de um tema. Tratam-se de fontes relevantes para o entendimento do período ditatorial, à medida que contribuem para a construção de novos conhecimentos por meio de métodos lógicos e sistemáticos, passando por critérios de avaliação e legitimação pela comunidade científica, o que garante grande confiabilidade para essas fontes informacionais.

A construção do conhecimento científico está sujeita ao contexto a que pertence, dessa forma considera-se que a produção de teses e dissertações, não está dissociada dos avanços e retrações das demandas por memória, verdade, justiça e reparação após o período de redemocratização. Tampouco está indiferente ao acesso à informação, que se intensificou após o ano 2000 com a abertura parcial de arquivos da ditadura, ampliando, assim, o prisma sobre os acontecimentos daquele período e revelando memórias invisibilizadas.

Problematizando a relação entre a produção científica de teses e dissertações e o contexto da busca por memória, verdade, justiça e reparação nos últimos 20 anos, propõe-se uma investigação guiada pela seguinte questão:

Os mecanismos político-legais no contexto da Justiça de Transição brasileira incrementam a produção científica de teses e dissertações sobre a temática Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) ao longo do tempo?

De forma ampla, o artigo tem como objetivo compreender a influência dos mecanismos político-legais implantados pela Justiça de Transição brasileira sobre a produção científica que tem como tema a Ditadura Militar, analisando as teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (PPGHS-USP). De forma específica, a pesquisa pretende: I) definir a cronologia dos mecanismos político-

legais implantados pela Justiça de Transição no Brasil; II) caracterizar a produção de teses e dissertações a partir da ocorrência de produção; e III) analisar a frequência de produção científica utilizando como quadro referencial a cronologia da Justiça de Transição, estabelecendo o recorte temporal entre os anos de 2000 e 2019.

2 DITADURA MILITAR E JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL

O regime militar foi instituído por meio de um golpe articulado pelo exército com apoio de partidos políticos de direita e de parte da elite, composta, na caracterização da obra clássica de Dreifuss (1981), por empresários, tecnoempresários e intelectuais, representantes de interesses financeiros multinacionais¹. Esse grupo se opunha às reformas propostas pelo então presidente João Goulart (1961-1964), conhecidas como Reformas de Base, e alegavam que o país estava sob forte ameaça comunista, o que justificaria a intervenção militar como forma de evitar prejuízos econômicos e morais para o Brasil causados por um possível governo orientado por essa ideologia.

Ao longo do regime militar passaram pela cadeira de presidente cinco generais, com características distintas quanto às políticas setoriais, mas todos apoiados em uma proposta nacional-estatista de modernização por via autoritária. Governaram através de Atos Institucionais (AI), Atos estes que consolidaram o caráter excludente, repressor e autoritário do regime que alterou a constituição, assim como cassou direitos políticos, fechou o Congresso, interveio nas esferas Estaduais e Municipais, censurou a imprensa e as artes e perseguiu opositores utilizando a violência como política de Estado.

A violência praticada pelo governo segue a lógica da doutrina de Segurança Nacional que fundamentou o golpe e a manutenção do regime militar. Ela é pautada na construção de um inimigo interno e/ou externo que deve ser combatido a qualquer custo, não importando as medidas adotadas, desde que a segurança e a integridade nacional sejam mantidas.

Todas as tentativas de oposição foram duramente reprimidas por intermédio de sofisticados aparatos montados pelo Estado, como os sistemas de informação e repressão liderados pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN) que estruturou uma ampla rede de espionagem e de produção de informação sobre aqueles que eram considerados subversivos.

¹ Não cabe ao escopo do presente artigo apresentar as distintas perspectivas sobre as origens do golpe e os atores hegemônicos, para uma visão da complexidade dessa questão ver Dreifuss (1981), Alves (1984) e Benevides (2003).

Utilizando sua autoridade o Estado violou massivamente os direitos humanos, contabilizando 434 mortes e desaparecimentos de vítimas, além de inúmeras detenções ilegais e arbitrárias e diferentes práticas de tortura (BRASIL, 2014).

A transição para um regime político democrático ocorreu de forma lenta e gradual e como aponta Teles (2010), “sem rupturas evidentes, pautada pela conciliação entre as elites civis e militares”. Ela começa a se delinear ainda durante o regime militar no governo do presidente Ernesto Geisel (1974 - 1979) e termina com a eleição indireta de um civil - Tancredo Neves - para o cargo de presidente, encerrando assim a estrutura militar que vigorava no poder Executivo brasileiro.

A característica conciliatória da transição brasileira é apontada por diferentes pesquisadores como um dos motivos da apuração precária dos crimes cometidos pelo Estado, além de promover o silenciamento e esquecimento em relação aos casos graves de violação dos direitos humanos (FAGUNDES, 2019).

Diante de um legado de violações e abusos contra os direitos humanos praticados por governos autoritários, são necessárias medidas para consolidar a democracia e reafirmar as normas de direitos humanos, nesse sentido o Brasil, mesmo que tardiamente, adotou algumas iniciativas no campo da Justiça de Transição com a finalidade de enfrentar esse passado doloroso e traumático.

A implantação de políticas no âmbito da Justiça de Transição no Brasil apresenta seu primeiro marco jurídico com a Lei de Anistia em 1979, que mesmo envolta em controvérsias, é considerada o primeiro passo para a redemocratização. Contudo, políticas para memória, verdade e justiça foram implantadas tardiamente no país se comparadas a países vizinhos no Cone-Sul como a Argentina. Enquanto no país vizinho iniciam-se políticas governamentais de verdade e justiça logo no início do período transicional, nos anos 1980, no Brasil tais políticas são implantadas a partir dos anos de 1990 com a criação da Comissão de Mortos e Desaparecidos (1995), nos anos 2000 cria-se a Comissão de Anistia (2002) e em 2011 a CNV.

A instalação de comissões de reparação e esclarecimento da verdade foram as medidas do Estado mais significativas para implementar a Justiça de Transição no Brasil, contudo foram adotadas outras iniciativas relevantes que buscam o esclarecimento da verdade e promoção da memória, sobretudo por meio do acesso à informação.

As iniciativas de recolhimento de arquivos da repressão ao Arquivo Nacional, em 2005, da criação do Centro de Referências das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985): Memórias

Reveladas, em 2009, e da criação da LAI, em 2011, são mecanismos importantes para proporcionar acesso à informação, sem os quais não seria possível investigar fatos passados e conhecer a verdade sobre um período marcado pela censura e opacidade informacional.

No contexto transicional, as realizações das diferentes comissões e das iniciativas que visam o acesso à informação, a busca pela verdade e a memória, como, por exemplo, o projeto Memórias Reveladas, possuem tanta relevância quanto seus marcos de criação e implementação. As principais realizações dos órgãos associados às dimensões da justiça de transição se concentraram entre os anos de 2007 a 2015. Com destaque para o grande número de publicações da Comissão de Anistia entre os anos de 2007 a 2011, as realizações de eventos e esforços para tratamento arquivístico pelo Memórias Reveladas, entre os anos de 2010 a 2015, e a publicação do relatório final da CNV, em 2014.

Ao observar brevemente a cronologia dos marcos políticos e legais da Justiça de Transição, identifica-se um “espalhamento” pontual das medidas tomadas ao longo das quatro décadas que sucederam a Lei de Anistia, evidenciando, assim, a característica de uma transição longa e que não contempla todas as dimensões pretendidas. Enquanto houve avanços em alguns aspectos, como a reparação econômica às vítimas por meio das leis 9.140/95 e 10.559/02, pouco se avançou em relação à justiça que, passados 30 anos do fim da ditadura, ainda não puniu nenhum dos agentes violadores dos direitos humanos.

3 INFORMAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOBRE A DITADURA MILITAR

A Ditadura Militar deixou um legado de violência e impunidade na sociedade brasileira e diante disso a busca por memória e verdade se faz necessária como resgate do passado distorcido pela repressão e censura e a informação adquire centralidade na tentativa de compreender esse período tão complexo que envolve disputa e construção de sentido.

A informação é um elemento transformador de ideias, opiniões, regras e símbolos, causando impacto em instituições e sujeitos por meio da sua busca, apreensão, uso e disseminação. Possuí-la é sinônimo de poder, poder de compreensão, de decisão, de busca de propósito pelos sujeitos sociais.

Ao considerar a informação como modificadora do tecido social, adota-se, nessa pesquisa o conceito de informação como um fenômeno social presente nos trabalhos de Capurro (2003) e Frohmann (2000; 2001). A recorrência a esses autores possibilita compreender a produção, o compartilhamento e o uso da informação como processos de

troca entre os sujeitos que adquirem relevância de acordo com o meio social no qual estão inseridos.

Para Capurro (2003) a informação pode ser compreendida de três formas: como um objeto físico transmitido entre emissor e receptor; como algo abstrato em um plano imaterial, formulada em espaços cognitivos ou mentais; e como um fenômeno social, considerando que a “[...] informação não é produto de uma mente única, isolada, mas construído pela intervenção dos vários sujeitos e pelo campo de interações resultante de suas diversas práticas” (ARAÚJO, 2010, p. 97).

A partir da compreensão da informação por meio da perspectiva social, Capurro (2003) expande a dimensão da informação centrada apenas em um indivíduo isolado e leva em conta todo contexto no qual ela é produzida, coletada, organizada, interpretada, armazenada e disseminada, indicando a importância dos aspectos sociais e culturais para os sistemas de informação.

Dessa forma, a dimensão social nas ações de trocas entre sujeitos é determinante na constituição da informação, resultando em práticas sociais distintas que envolvem fatores como os padrões comunicacionais, o compartilhamento de significados, a atribuição de importância e as condições de uso e reprodução por cada indivíduo que se relaciona com os demais dentro de um grupo.

O documento é produto dessas práticas sociais compartilhadas por diferentes sujeitos e instituições. Os aspectos físicos do documento, junto às práticas sociais institucionalizadas, indicam o caráter de dupla materialidade da informação, que segundo Frohmann (2001) são os fatores que condicionam a existência dessa.

A materialidade da informação vai além dos aspectos físicos da informação, entendidos aqui como os diferentes tipos de mídia que tornam a informação inteligível para o ser humano, está associada também a sua estabilidade ao longo do tempo, conduzidas por dinâmicas socioculturais.

Frohmann (2000) recorre à análise do discurso de Foucault e aos estudos sobre documentação de Otlet para conceituar a informação como objeto dotado de materialidade. Também relaciona os estudos de Wittgenstein sobre linguagem e ação com os estudos de Foucault sobre linguagem e poder para conceber o documento como produto de uma prática social (ORTEGA; SALDANHA, 2019).

Estabelecidas as condições para sua materialidade, a informação quando disponível para ser acessada em qualquer tempo, possibilita novos usos e construções a partir da sua compreensão, funcionando como insumo para a memória e construção de identidade de um povo.

A memória está associada às noções de lembrar e esquecer, permitindo um dinamismo entre fatos ocorridos no passado, no qual situações, locais, sujeitos e datas são evidenciados em detrimento de outros. Autores como Pollak (1992) e Burke (2011) citam os estudos de Maurice Halbwachs, realizados nos anos de 1920/30, que abordam a memória individual e coletiva como fenômenos construídos socialmente e capazes de proporcionar ao indivíduo o sentimento de pertencimento a um grupo com que se identifiquem. Le Goff (2003) também aborda a memória como uma construção social ao indicar como sua apreensão depende do ambiente social e político.

A construção da memória é subjetiva, seletiva e possui múltiplos atores, bem como muitas são as fontes informacionais que subsidiam essa elaboração e posterior disseminação. Entendendo o caráter multidimensional da construção da memória, Jelin (2017) promove uma reflexão de como os diferentes atores sociais e políticos elaboram e dão sentido ao passado recente de violência política e terrorismo de Estado. A análise desse tempo passado torna-se complexa à medida que envolve variedades de tempos, sentidos, narrativas e trocas entre sujeitos, estabelecendo assim significações subjetivas sobre o mesmo período. É importante destacar também, nos estudos da autora, como a memória é parte do presente e do futuro, uma vez que o tempo não é linear, impossibilitando assim, uma resolução definitiva ou fixa para o passado.

Sarlo (2007, p. 92, grifo nosso) traz a perspectiva da mediação e do registro dos discursos como formas de conhecer os fatos do passado ao afirmar que “[...] se o passado não foi vivido, seu **relato** só pode vir do **conhecido** através de **mediações**; e, mesmo se for vivido, as mediações fazem parte desse relato”.

Essas mediações ocorrem a partir das práticas sociais de que nos fala Frohmann (2000; 2001), conferindo à informação a materialidade necessária para ser transmitida ao longo do tempo, o que torna evidente seu caráter público e social.

A produção, o acesso e o uso de fontes informacionais sobre o passado ditatorial recente refletem intensamente na elaboração e disputa por sentido e significação das memórias de repressão e resistência. Nesse contexto a Academia apresenta-se, por meio de

sua produção científica, como um espaço social relevante para construção de conhecimento e reflexão sobre esse período histórico, fornecendo fontes informacionais oriundas de atividades sistemáticas e racionais.

As teses e dissertações são documentos produzidos para registrar e comunicar os percursos teórico, metodológico e os resultados das pesquisas científicas desenvolvidas ao longo dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil.

Devido ao tipo de disponibilização e acesso, Gomes, Mendonça e Souza (2000, [p. 94]) classificam as teses e dissertações como literatura cinzenta e destacam suas características relevantes relacionadas a comunicação científica ao afirmarem que “[...] em muitos casos a informação que veiculam é mais detalhada do que aquela que aparece nos artigos de periódico e nos livros; [...] é uma informação altamente atualizada, disponível e não determinada apenas por interesses comerciais.”

Kobashi e Santos (2006) destacam a importância dessas fontes informacionais em meio aos diferentes documentos oriundos das atividades científicas, devido a sua forma de organização e supervisão, permitindo um “olhar privilegiado” sobre o conhecimento de determinada disciplina. A forma como as teses e dissertações são organizadas e apresentadas oferece uma revisão de literatura rica e ampla, abrangendo diferentes referências e conceitos, além de detalhar todo o percurso metodológico da pesquisa, facilitando sua compreensão e reprodutibilidade. Logo, todas as partes que constituem esse documento possuem a mesma relevância que os resultados da pesquisa. Com base nesses argumentos da literatura é que se justifica a escolha desses documentos como objeto de investigação na presente pesquisa.

4 METODOLOGIA

Para melhor compreender as relações que se estabelecem entre o comportamento de pesquisa científica e os mecanismos políticos-legais de memória, verdade, justiça e reparação, adotou-se como procedimento o estudo de caso por proporcionar maior profundidade de análise. O caso escolhido para o desenvolvimento da pesquisa foi o da produção científica de teses e dissertações do PPGHS-USP. A definição do caso baseou-se no critério de maior produtividade de teses e dissertações sobre o tema, dentro das áreas do conhecimento e posteriormente dentro dos Programas de Pós-Graduação.²

² Foi realizada uma busca na BDTD entre os dias 20 e 28 de maio de 2020, de teses e dissertações com o tema “Ditadura Militar”, definindo como recorte temporal o período entre 2000 a 2020. Verificou-

Em relação ao recorte temporal, delimitou-se o período entre 2000 e 2019, com o intuito de oferecer uma perspectiva contemporânea sobre o fenômeno estudado e que corresponde a cronologia da justiça transicional adotada na pesquisa.

Para a coleta dos dados, foi utilizada a técnica de pesquisa documental, posto que as fontes de informação utilizadas são documentos já publicados. Para a identificação da cronologia dos mecanismos políticos-legais relacionados à Justiça de Transição, foram utilizados documentos legislativos, como leis, decretos, atos normativos, publicações provenientes dos trabalhos das Comissões de Mortos e Desaparecidos (1995), da Anistia (2002) e da Verdade (2011), além de bibliografia específica sobre o tema. Para recuperar as teses e dissertações, foi realizada uma busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), entre 15 de setembro de 2020 e 23 de novembro de 2020.

A estratégia de busca utilizou a combinação entre o conceito Ditadura Militar e seus sinônimos e termos relacionados, logo foram escolhidos os seguintes termos: ato institucional, comissão da verdade, ditadura, ditadura civil-militar, esquerda armada, esquerda revolucionária, golpe de 1964, golpe militar, governo militar, justiça de transição, lei de anistia, luta armada, regime ditatorial, regime militar, repressão militar, revolução de 1964.

As variáveis, cronologia da Justiça de Transição e ocorrência de produção das teses e dissertações, são submetidas a diferentes técnicas de análise, buscando uma avaliação ampla que contemple as peculiaridades de cada item analisado. A definição da cronologia é viabilizada por meio da análise de conteúdo tal como propõe Laville e Dionne (1999). Para a análise da ocorrência de produção foram empregadas técnicas bibliométricas para a elaboração do indicador capaz de descrever o comportamento científico da produção de teses e dissertações sobre a Ditadura Militar ao longo do recorte temporal estabelecido, indicando a distribuição de frequência dessa produção ao longo tempo.

A bibliometria pode ser definida como o estudo e aplicação de métodos e técnicas quantitativas para medir processos de produção, disseminação, recuperação e uso da informação registrada, geralmente associada estudos de *ranking*, frequência ou distribuição (BUFREM; PRATES, 2005; KOBASHI; SANTOS, 2009; VANTI, 2002).

se que o campo da História possui a maior concentração de publicações, com 47,52%, e o PPGHS-USP possui a maior parte das publicações dentro desse campo, como 20,90%.

5 A PRODUÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES: CARACTERÍSTICAS E RELAÇÕES COM O CONTEXTO DA JUSTIÇA TRANSICIONAL

A análise dos resultados inicia-se com a definição da cronologia sobre as diferentes dimensões da Justiça de Transição, devido à necessidade de compreender em que contexto político-legal as teses e dissertações sobre a ditadura militar são produzidas ao longo dos anos 2000 a 2019.

Verificou-se que a maior parte dos mecanismos político-legais na busca da verdade, memória e reparação foram implementados nos anos 2000 e 2010 e são apresentados de maneira resumida na linha temporal abaixo (Figura 1).

Figura 1 – Linha temporal dos principais mecanismos político-legais

2000	2010
2002 Criação da Comissão de Anistia (CA)	2010 I Seminário Internacional realizado pelo Memórias Reveladas
2005 Recolhimento de arquivos da repressão ao Arquivo Nacional	2011 Comissão Nacional da Verdade (CNV)
2007 Ano inicial das publicações de Boletins Informativos da CA	Lei de Acesso a Informação
Ano inicial das publicações de Relatórios Anuais da CA	Publicação de 418.602 registros de informação provenientes dos arquivos do DOPS pelo Memórias Reveladas
2008 Ano inicial das Caravanas da Anistia (CA)	Realização da exposição 'Registros de uma Guerra Surda' pelo Memórias Reveladas
Ano inicial do Projeto Marcas da Memória (CA)	2013 Digitalização de aproximadamente 13 milhões de páginas do Sistema Nacional de Informações e Contrainformação
2009 Criação do Memórias Reveladas	2014 Publicação do relatório final da CNV
	2015 Lançamento da coleção 'Arquivos e o direito à memória e à verdade' pelo Memórias Reveladas
	2019 O Banco de Dados Memórias Reveladas atinge 18 milhões de páginas de documentos textuais digitalizados

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Observa-se a concentração das principais realizações entre os anos de 2007 a 2015, com grande número de publicações da Comissão de Anistia entre os anos de 2007 a 2011 e realizações de eventos e esforços para tratamento arquivístico pelo Memórias Reveladas entre os anos de 2010 a 2015.

Os eventos, as publicações e a entrega dos relatórios das comissões têm impacto sobre os debates relacionados à ditadura militar, uma vez que são ações voltadas para divulgar, comunicar, permitir acesso à informação e oferecer novas versões sobre o passado. O que reflete na construção de novos conhecimentos e na elaboração de memórias relacionadas à repressão e resistência.

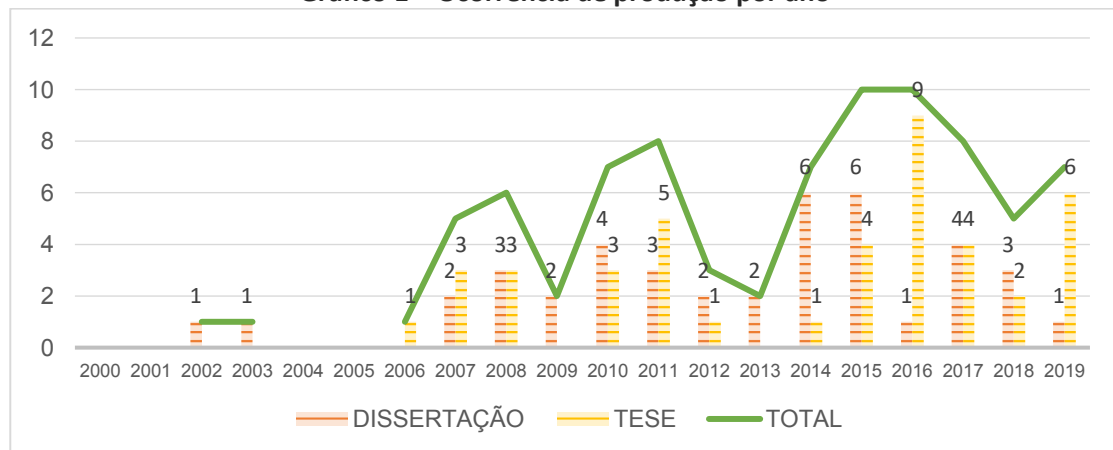
A ocorrência de produção é apresentada em seguida, por permitir o entendimento sobre o quadro geral do comportamento da produção ao longo dos anos.

A busca realizada na BDTD-IBICT recuperou 104 documentos, entre teses e dissertações. Após a revisão para verificar se atendiam aos critérios da temática e data do

recorte temporal (2000 a 2019) chegou-se ao total de 83 documentos. Do total, 41 são dissertações, representam 49,40%, e 42 são teses, representando 50,60%, demonstrando uma composição equilibrada entre os diferentes tipos de documento.

As análises de ocorrência da produção por ano foram realizadas a partir da data de defesa da tese ou dissertação e são apresentadas no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Ocorrência de produção por ano



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Observa-se que, entre os anos de 2000 e 2005, a produção é pautada por interrupções, identificando nesse período apenas duas dissertações em anos diferentes, uma em 2002 e outra em 2003.

Ao analisar a frequência de produção ao longo dos anos é possível afirmar que a partir do ano de 2007 houve um significativo crescimento na produção sem que ocorressem interrupções entre os anos que se seguiram.

Pensando nos marcos da Justiça de Transição, pode-se identificar que a partir dos primeiros anos da década de 2000 houve avanços na implementação de políticas para a área, como a criação da Comissão de Anistia em 2001/2002 e o recolhimento de arquivos da repressão ao Arquivo Nacional em 2005. Consequentemente houve a ampliação do debate sobre o período ditatorial, tanto no sentido de implementar tais políticas como proporcionados pelas ações dessas iniciativas. O que indicaria um crescente interesse pelo tema por parte dos pesquisadores, como visto pelo crescimento da produção a partir de 2007.

Entre os anos de 2007 e 2015 houve uma concentração das realizações dos diferentes mecanismos de Justiça de Transição, incluindo publicações, eventos, apresentação de relatórios, entre outros, com o intuito de dar visibilidade ao tema da repressão e resistência

no contexto ditatorial, além de proporcionar acesso a informações e novas versões sobre os acontecimentos desse período. Com o fornecimento de novas fontes informacionais, pautadas por evidências empíricas, as pesquisas, os debates e as revisões são fomentados. Fico (2017) atenta para o aumento do interesse dos historiadores pelo tema ditadura militar a partir de diálogos baseados em evidências empíricas e por meio da abundância de fontes informacionais.

Analisando a proporção das produções verifica-se que 56,63% do total dos documentos foram publicados a partir de 2014. Demonstrando que o maior volume de publicações de teses e dissertações se concentrou nos últimos 6 anos do período analisado, após a promulgação das leis de acesso à informação e da criação da Comissão Nacional da Verdade em novembro de 2011.

Os maiores picos de publicações de dissertação são observados nos anos de 2014 e 2015, cada ano com 6 produções, aproximadamente de 2 a 3 anos após criação desses dispositivos legais, coincidindo com o tempo regular de início e conclusão de pesquisas de mestrado. Situação semelhante é observada em relação às teses, que apresenta seu maior pico em 2016, com 9 produções, 5 anos após a promulgação das leis de acesso e criação da CNV, correspondendo ao período médio de elaboração de pesquisas e doutorado.

Após 2016 observa-se queda da produção, mas seguido de ascensão no ano de 2019, principalmente impulsionado pelas publicações de teses, 6 ao total. O crescimento do número de teses em 2019 aponta para um período de 5 anos após a publicação do relatório final da CNV em 2014, também coincidindo com o tempo médio gasto desde a pesquisa até a defesa da tese.

Os picos de publicações chamam atenção pela relação observada do tempo médio de desenvolvimento das pesquisas no mestrado e doutorado e suas publicações após iniciativas ligadas à CNV.

Seja pelo acesso a novas fontes informacionais, pela possibilidade de pesquisas baseadas em evidências empíricas ou pela ampliação das discussões sobre o tema ditadura militar, identifica-se um aumento do interesse dos pesquisadores do PPGHS-USP pelo período ditatorial coincidindo com marcos importantes da justiça transicional brasileira.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar sobre a ditadura militar (1964-1985) se mostra cada vez mais pertinente diante do contexto político que a sociedade brasileira se encontra. Considera-se o cenário de disputas pelas memórias sobre aquele período, atentando para expansão de narrativas negacionistas a respeito do golpe e das violações dos direitos humanos, sofridas por inúmeras vítimas de perseguição política, observadas a partir da ascensão de forças políticas com discursos favoráveis à ditadura militar.

A primeira etapa da análise buscou identificar a cronologia dos marcos políticos-legais que visam verdade, memória, justiça e reparação sobre a ditadura militar brasileira, revelando uma descontinuidade lógica dos mecanismos implementados pelo Estado, que primeiro adotou medidas de reparação antes de medidas de investigação, esclarecimento da verdade e promoção da memória. Verificou-se que os anos mais frutíferos em relação à implantação desses mecanismos, assim como suas realizações e produções, estão centrados entre 2002 a 2015, favorecendo o debate sobre a ditadura em diferentes esferas da sociedade durante esse período.

Diante da análise da variável ocorrência de produção, constatou-se que os mecanismos da justiça de transição não são determinantes para a produção de teses e dissertações, mas podem influenciá-la, à medida que oferecem novas fontes informacionais, revelam memórias obscurecidas, reconstróem novas versões dos fatos passados, ampliam o acesso à informação e fomentam o debate sobre a ditadura militar, incidindo sobre o interesse acerca do tema, na elaboração de memórias e na construção de novos conhecimentos em relação ao passado traumático.

A análise da ocorrência de produção apontou que houve correspondência entre os períodos de maior produtividade de teses e dissertação com períodos de implantação e realizações dos órgãos relacionados aos mecanismos da justiça de transição, especialmente a CNV. Os maiores picos de produção verificados estão relacionados com a implantação da CNV e promulgação da LAI e posteriormente com a entrega do relatório final dessa comissão.

Nessa pesquisa também se observou como as práticas da pesquisa, do registro e da comunicação das teses e dissertações são relevantes para que a temática da ditadura militar alcance espaços e estimule debates na academia e na sociedade, contribuindo para a educação em direitos humanos e o fortalecimento da democracia. Por um lado, a prática da

pesquisa beneficia-se de informações previamente sistematizadas e disponíveis, sobretudo em arquivos públicos, para, então, a partir de um questionamento ou problematização reorganizar tais informações, elaborando novos conhecimentos e fornecendo perspectivas atuais sobre o tema. Já as práticas de registro e comunicação científica contribuem no sentido de divulgar registros mediando conhecimentos que perduram e são transmitidos ao longo do tempo, favorecendo o acesso à informação confiável e a elaboração de memórias sobre as violações de direitos humanos cometidas pelo regime autoritário.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O conceito da Informação na Ciência da Informação. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 20, n. 3, p. 95-105, set./dez. 2010

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **1964: um golpe de classe?: (sobre um livro de René Dreifuss)**. Lua Nova: Revista de Cultura Política, São Paulo, n. 53, 2003.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Parte V: conclusões e recomendações. *In*: **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. v. 1, cap. 18, p. 961-975.

BUFREM, Leilah; PRATES, Yara. O saber científico registrado e as práticas de mensuração da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 9-25, maio/ago. 2005.

BURKE, Peter. História como memória social. *In*: BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 67-89.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2003.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. A Nova República (1985-2016) e as disputas de narrativas sobre a Lei de Anistia. **Locus: Revista de História, Juiz de Fora**, v. 25, n. 2, p. 290-306, 2019.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5-74, jan./abr. 2017.

FROHMANN, Bernd. Cyber ethics: bodies or bytes? **The International Information & Library Review**, [S. l.], v. 32, n. 3-4, p. 423-435, 2000.

FROHMANN, Bernd. Discourse and documentation: some implications for pedagogy and

research. **Journal of Education for Library and Information Science**, [S. l.], v. 42, n. 1, p. 12-26, 2001.

GOMES, Sandra Lúcia Rebel; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha; SOUZA, Clarice Muhlethaler. Literatura cinzenta. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (org.). **Fontes de Informação para pesquisadores profissionais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. [p. 92-98].

JELIN, Elizabeth. **La lucha por el pasado**: cómo construimos la memoria social. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2017.

KOBASHI, Nair Yumiko; SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos. Bibliometria, cientometria, infometria: conceitos e aplicações. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 155-172, jan./dez. 2009.

KOBASHI, Nair Yumiko; SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos. Institucionalização da pesquisa científica no Brasil: cartografia temática e das redes sociais por meio de técnicas bibliométricas. **TransInformação**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 27-36, jan./abr. 2006.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003. p. 419-476.

ORTEGA, Cristina Dotta; SALDANHA, Gustavo Silva. A noção de documento no espaço-tempo da Ciência da Informação: críticas e pragmáticas de um conceito. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 24, número especial, p. 189-203, jan./mar. 2019.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

TELES, Janaína de Almeida. As disputas pela interpretação da lei da anistia de 1979. **Idéias**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 71-93, 2010.

VANTI, Nadia Aurora Peres. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 152-162, maio/ago. 2002.